

DECISÃO DE RECURSOS

Editais PE 90001/2025 - UASG 195018

RELATÓRIO DO PREGOEIRO Nº 01/2025 – 10ª/GTR

ASSUNTO: Análise do Recurso apresentado pela empresa MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 26.746.084/0001-09, em desfavor da Habilitação da empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 01.952.789/0001-43, no Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2025 da 10ª/SR.

1. OBJETO: Contratação de serviços de execução de pontes com cabeceiras modulares em concreto armado e transposição mista, em diversos municípios inseridos na área de atuação da 10ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Tocantins, por Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e divididos em 07 itens abaixo discriminados:

- Item 1: 20 (vinte) unidades de pontes de 6,0 x 4,5 m;
- Item 2: 10 (dez) unidades de pontes de 8,0m x 4,5m;
- Item 3: 10 (dez) unidades de pontes de 10,0m x 4,5m;
- Item 4: 10 (dez) unidades de pontes de 12,0m x 4,5m;
- Item 5: 20 (vinte) unidades de pontes de 15,0m x 4,5m;
- Item 6: 10 (dez) unidades de pontes de 18,0m x 4,5m;
- Item 7: 15 (quinze) unidades de pontes de 24,0m x 4,5m

2. DAS ALEGAÇÕES: Trata-se de recurso apresentado pela empresa MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, contra a Habilitação de empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 90001/2025, alegando:

2.1. vícios insanáveis quanto à composição da proposta;

2.2. simulação de competição/conluio entre empresas/emissão de atestado falso; e

2.3. inconsistências na documentação técnica.

Abaixo cada um dos recursos e contrarrazões serão analisados separadamente:

2.1.RECURSO: A empresa Macário apresentou sua proposta com existência de **vícios insanáveis** de natureza técnica e legal, conforme descrito abaixo:

“Foi identificada, na proposta apresentada pela empresa Macário Construção, a existência de vícios insanáveis, substanciais de natureza técnica e legal, os quais comprometem diretamente o valor final ofertado, desrespeitando de maneira irreversível os princípios da legalidade, assim como o princípio da isonomia do certame, pois foi claramente declarada vencedora uma empresa que apresentou uma proposta com uma série de irregularidades. Por não atendimento a Lei Complementar nº 123/2006, por ser optante do simples nacional. De acordo com o artigo 18 da LC nº 123/2006, tais tributos devem ser considerados com base na alíquota efetiva resultante do cálculo conforme o Anexo aplicável à atividade da empresa, e não pelas alíquotas cheias isoladas, como as aplicadas a empresas do lucro presumido ou lucro real”.

“A omissão na realização desse cálculo configura falha técnica grave, pois altera a composição do preço como um todo, onerando ou deturpando artificialmente o valor final da proposta”.

“Nos encargos sociais, a empresa também apresentou valores indevidos, incluindo alíquotas relativas a contribuições sociais das quais é isenta por força da própria LC nº 123/2006, como SESI, SENAI, INCRA, salário-educação, entre outras”.

2.1.1. DA CONTRARRAZÃO: A empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, apresentou contrarrazão contra as alegações apresentadas pela empresa MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, conforme descrito abaixo:

*“Antes de entrarmos no mérito da questão, importante destacar que a Recorrente apresentou razões recursais de aproximadamente 18 (dezoito) laudas, tentando convencer a Comissão de Licitação assim como o AGENTE DESIGNADO, sobre uma tese absurda, qual seja, acusando de conluio sem as devidas comprovações, evidenciando apenas a sua insatisfação e a intenção de ludibriar essa digna comissão. E de mas a mas e ao longo das razões de defesa, a recorrente, SE QUER TROUXE AOS AUTOS PROVA MÍNIMA DE SUAS ALEGAÇÕES, PROVA PRÉ – CONSTITUÍDA, NÃO SE INCUMBIU NO MOMENTO OPORTUNO POR **MAIS UMA VEZ, DE SEU ÔNUS DE COMPROVAR A LEGALIDADE DOS DISCUTIDOS, NÃO TENDO POR MAIS UMA VEZ, COMO AVALIAR SE EXISTE OU EXISTIU O ALEGADO CONSTRANGIMENTO “ILEGAL”, FALTA-LHE PORTANTO UMA DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DEFERIMENTO DO PLEITO, QUE É A POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, RAZÃO PELA QUAL NÃO MERECE PROSPERAR O PLEITO DE INABILITAÇÃO DESTA QUE CONTRARRAZOA.***

Com a apresentação de tais fatos, resta evidente que a intenção da recorrente, ao interpor o recurso administrativo, é apenas procrastinar o andamento do certame, sem apresentar embasamento legal suficiente para contestar as decisões e os procedimentos adotados. A

recorrente está, de forma clara, buscando unicamente postergar o regular prosseguimento do processo, prejudicando, assim, os demais concorrentes e o bom andamento do certame”.

“No recurso apresentado pela empresa MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, esta acusa que existem erros insanáveis na elaboração da proposta da MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA. Os possíveis erros apontados não são nomeados como insanáveis, uma vez que são passíveis de correção, não comprometendo a legalidade do processo. É importante destacar, que a referida licitante não apresentou fundamentos jurídicos que sustentem sua argumentação contra a empresa”.

“A Recorrente, em seu recurso, acusa que existem erros insanáveis na elaboração da proposta da Recorrida. Que são vícios substanciais de natureza técnica e legal, os quais comprometem diretamente o valor final ofertado, desrespeitando de maneira irreversível os princípios da legalidade, assim como o princípio da isonomia do certame. A motivação para sugerir a inabilitação da nossa empresa, teve por base supostamente ter descumprido o instrumento convocatório, afirmando a equipe técnica que os números percentuais do BDI e dos encargos sociais utilizados não condizem com o percentual a ser aplicado por esta ser optante pelo Simples Nacional”.

2.1.2. DA ANÁLISE:

Sobre este tema que considera vício insanável a correção de BDI em razão da empresa ser optante do Simples Nacional, a comissão abriu diligência junto à 10ª/GGR – Gerência de Gestão Regional, setor contábil, que se manifestou:

“Vícios insanáveis em atos administrativos são aqueles que são tão graves que inviabilizam a convalidação, ou seja, não podem ser corrigidos ou sanados. Esses vícios levam à nulidade do ato administrativo desde sua origem”.

“Os vícios sanáveis em atos administrativos são aqueles que podem ser corrigidos, sem que seja necessário invalidar o ato por completo. São, em geral, vícios que afetam a competência ou a forma, e podem ser corrigidos através da convalidação da retificação, quando a lei permitir”.

“A vantajosidade, no contexto da Administração Pública, refere-se à busca pela melhor relação custo-benefício em contratações, licitações e outros procedimentos. É um princípio que orienta a escolha da proposta que traga o mais benefício para a Administração e para a sociedade, mesmo que não seja a de menor preço. A Administração Pública deve analisar as propostas apresentadas como objetivo de identificar aquela que melhor atende às necessidades da sociedade, considerando não só o custo inicial, mas também os custos futuros e os benefícios que a contratação trará”.

“o saneamento de falhas em documentação na sessão pública da licitação é uma prática que, embora equilibre os interesses público e privado, coloca o interesse público como prioridade. Garantindo que o processo seja transparente, concorrencial e eficaz, essa abordagem promove a obtenção de melhores propostas e preços para o poder público, ao mesmo tempo que garante oportunidades equitativas para os licitantes.

“Diante desse contexto somos pela notificação da empresa Macário Construção e Instalação Ltda para saneamento das falhas apontadas em sua proposta o que virá ao encontro do interesse público pela busca da melhor relação custo-benefício da contratação, bem como o atendimento das necessidades da sociedade, devendo ser considerado na composição do seu BDI a exclusão dos custos não passíveis das empresas optantes pelo Simples Nacional”.

Do Fato Anterior ao Processo Licitatório: A escolha do Simples Nacional é uma situação que antecede o processo licitatório. A empresa já optou por esse regime tributário antes de se candidatar à licitação. A correção do BDI não é um problema que surgiu durante o processo, mas sim uma consequência de uma escolha anterior.

Considerando ainda o princípio do Formalismo Moderado: A legislação brasileira, incluindo o Tribunal de Contas da União, segue o princípio do formalismo moderado, que exige que erros formais ou vícios sanáveis por diligência não resultem na desclassificação de propostas vantajosas à Administração.

Em resumo: A desclassificação por correção do BDI, em função do Simples Nacional, pode ser considerada irregular, pois contraria os princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, além de não estar relacionada a vícios insanáveis ou a erros que comprometam a qualidade da proposta.

Desta forma, corroboro com o posicionamento do setor contábil da 10ª/GGR, constatando que as alegações de recurso quanto ao aspecto “erro insanável na proposta” **NÃO PROCEDEM**, porque, são documentos com erros passíveis de serem sanados, como ajuste nos índices da composição do BDI, como alíquotas do PIS, COFINS E ISS, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, por ser a empresa Macário optante do Simples Nacional.

2.2. RECURSO: A recorrente alega também que existiu uma **simulação de competição** entre as empresas MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA e a CONSTRUTORA LORENZONI, conforme descrito abaixo:

*“Fato mais grave ocorreu durante todo o andamento processual, onde podemos observar uma série de comportamentos no mínimo suspeito, entre duas empresas participantes, onde podemos constatar claramente uma situação de **conluio** entre elas”, vejamos:*

“Apurou-se após análise documental, que foi a própria Macário quem cedeu o acervo técnico à empresa Lorenzoni, o que, por si só, já compromete a legitimidade da competição, uma vez que as duas licitantes são concorrentes do mesmo certame, e os lances apresentados sugerem

uma atuação coordenada e simulada para beneficiar a empresa Macário. Conforme verificado nos registros da plataforma compras.gov.br, a empresa Construtora Lorenzoni LTDA tem consistentemente ofertado lances inferiores em relação à Macário, mas sem a real intenção de vencer o certame”.

“Esse comportamento padronizado e estratégico não representa disputa legítima, mas sim um artifício para simular concorrência, desvirtuando o caráter competitivo da licitação.

Além disso, como já mencionado, a Lorenzoni sequer detinha capacidade técnica própria, razão pela qual recebeu acervo técnico da própria Macário, sua “concorrente”, numa clara fraude à competição”.

2.2.1. DA CONTRARRAZÃO: A empresa apresentou contrarrazão de **ausência de conluio** entre as empresas Macário e Lorenzoni, conforme descrito abaixo:

*“Tratando do escopo da elaboração de atestado mediante prestação de serviço da Empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA e a CONSTRUTORA LORENZONI LTDA, a Recorrente alegar ser **inaceitável e ilegal** a participação e a cessão do acervo técnico entre duas licitantes que participam do mesmo certame, inclusive fez referência ao artigo 9 da Lei de Licitação, impetrando uma ligação forçosa em justificar que a lei **PROÍBE** expressamente que duas empresas que já estabeleceram vínculo mediante a realização de um serviço em data passada de participarem em uma mesma licitação de construção civil. Ressalta-se que a recorrente acusa a recorrida de induzir a Administração Pública ao erro, através de condutas classificadas como fraudulentas e simuladas, mas, diante das acusações, não apresentam provas concretas e, também, carece de embasamento jurídico que sustentem tais acusações e condenem a apresentação da documentação desta empresa”.*

“Da Distinção Entre as Empresas: As empresas MACÁRIO CONSTRUÇÃO e INSTALAÇÃO LTDA E CONSTRUTORA LORENZONI LTDA são pessoas jurídicas absolutamente distintas, com:

CNPJs diferentes;

Sócios diferentes;

Sede em Municípios diferentes;

Estrutura societária independente;

Histórico empresarial próprio.

Da Legalidade da Cessão de Acervo Técnico: A cessão de acervo técnico entre empresas é prática absolutamente legal e expressamente permitida pela legislação, desde que devidamente comprovada a execução dos serviços. O art. 30, §1º, inciso I da Lei 14.133/2021 permite a comprovação de aptidão técnica mediante atestados de capacidade técnica.

Da Ausência de Elementos Caracterizadores de Conluio: Para configuração de conluio seria necessário demonstrar:

Acordo prévio entre as empresas;

Intenção deliberada de fraudar o certame;

Prejuízo efetivo à competitividade.

Nenhum destes elementos foi comprovado pela recorrente, que se baseia apenas em suposições e interpretações tendenciosas de fatos normais do procedimento licitatório”.

2.2.2. DA ANÁLISE:

Conforme parecer da equipe de apoio do PE 90001/2025:

*“Com base em consulta ao sistema Compras.gov.br, verificou-se que a empresa Construtora Lorenzoni não apresentou o menor lance em todos os itens, mas, de fato, posicionou-se logo abaixo da empresa Macário na maioria dos lotes, com exceção dos Itens 4 e 6. Tal padrão de comportamento repetido, embora não constitua, por si só, prova cabal de conluio ou simulação, **representa indício relevante de possível atuação coordenada entre as licitantes** — sobretudo considerando que a empresa Macário cedeu acervo técnico à empresa Lorenzoni, o que demanda apuração mais aprofundada, especialmente à luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial os da competitividade, isonomia e moralidade administrativa.*

Diante desse contexto, entende-se que há elementos suficientes para justificar a instauração de procedimento administrativo específico, assegurando o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, com o objetivo de verificar eventual simulação de competição ou conduta incompatível com os princípios que regem a licitação pública.

Ressalto que a Macário todo o tempo tinha conhecimento do atestado apresentado pela empresa Lorenzoni, visto a documentação anexada ao compras é disponibilizada a todos os licitantes participantes, e não se manifestou durante o certame para contestar a apresentação de tal atestado informando à comissão de sua emissão irregular, como ela mesma afirmou em sua diligência complementar à contrarrazão:

“(...) esta empresa informa das inconsistências existentes no presente atestado, visto o mesmo ter sido confeccionado por um antigo funcionário, com acesso a todas os certificados digitais e arquivos da empresa, de forma errônea e equivocada emitiu o presente atestado afirmando que a empresa Lorenzoni Construções havia executado tal serviço e ainda invalidando tal documento (...)”

Corroboro com a análise da comissão de apoio:

*“Além disso, a justificativa apresentada pela empresa Macário — de que o documento foi emitido de forma equivocada por um ex-funcionário com acesso a arquivos e certificados digitais — **não é suficiente para afastar sua responsabilidade pela emissão do documento.** Ainda que a conduta tenha sido interna e não autorizada, cabe à empresa zelar pela integridade de seus documentos oficiais, sendo que a apresentação de documento falso ou irregular configura infração grave no certame”.*

Em conformidade, há posicionamento do TCU através do Acórdão 917/2022 – Plenário:

A apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que o apresentou, para participar de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

Por fim, a Macário não apresentou documentos comprobatórios da sua relação com a Lorenzoni Construções. Desta forma, não considero “*fato normal do procedimento licitatório*”, como citado pela Macário, a utilização **de atestado com informações falsas** por ela emitido, havendo manifestação sobre o tema apenas quando do registro da contrarrazão, que de forma não satisfatória, ainda levou à necessidade de diligência. E ainda assim, manteve-se a Macário omissa de demonstrar sua real relação com a empresa Lorenzoni Construções, quando em um momento afirma que é possível e legal a cessão de acervo entre empresas participantes de um mesmo certame e, logo em seguida, afirma a emissão “equivocada” do referido atestado.

Além disso, não ficou comprovado que a citada obra (ponte de 52m) foi realizada, pois nenhuma das empresas apresentou documentos de conclusão da obra, e nem de contrato firmado entre elas.

Pelo exposto, decido como **PROCEDENTE** o recurso referente à “**simulação de competição/conluio entre empresas/emissão de atestado falso**”, sendo dever deste pregoeiro autuar processo administrativo de apuração de responsabilidade no qual será garantido aos licitantes envolvidos o direito à ampla defesa e o contraditório.

2.3. RECURSO: A recorrente alega que existiu **inconsistência na documentação técnica** apresentada pela empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, conforme descrito abaixo:

a) *Certidão de Acervo Técnico (CAT) e Boletins de Medição:*

“A certidão de nº 338707/2024, apresentada pela Macário indica conclusão da obra em 16/07/2023, contudo, os boletins de medição comprovam que os serviços continuaram sendo executados até maio de 2024, conforme consta no Boletim nº 8, onde menciona período de execução de 20/04/2024 a 20/05/2024.

Como pode a obra estar concluída em 2023 se ainda havia execução em maio de 2024? Essa contradição aponta para falsidade ideológica ou uso de documento falso, situação de extrema gravidade administrativa e penal”.

b) *Assinaturas Digitais Incongruentes:*

“Foi identificado que diversos boletins (nº 1 ao 5) foram assinados digitalmente todos no mesmo dia (11/10/2023), embora os períodos de execução dos serviços sejam distintos e anteriores. Ainda há boletins sem assinatura válida (Boletim nº 6) com carimbo inseridos de forma artificial. O Município de Breves/PA, evidentemente, não efetuará o pagamento dos boletins de medição nº 1 ao 5 sem as devidas assinaturas, o que levanta indícios de que os referidos documentos foram elaborados ou reconstituídos posteriormente. Tal fato sugere que possa ter havido boletins anteriores, substituídos ou omitidos, e que os atuais foram produzidos em bloco apenas para fins de habilitação. Resta a dúvida: por qual motivo a licitante Macário Construção elaborou e assinou digitalmente cinco boletins de medição em um único dia? Trata-se de uma prática, no mínimo, questionável, que compromete a autenticidade e a credibilidade da documentação apresentada. Também chama atenção o fato de que a Nota Fiscal referente ao Boletim nº 8 (NF nº 00000021) foi emitida em 14/04/2025, ou seja, cinco dias após a abertura do processo licitatório, ocorrido em 09/04/2025. Tal circunstância levanta sérias dúvidas quanto à veracidade da conclusão dos serviços declarados, já que a emissão da nota ocorreu em data extremamente próxima ao início do certame, o que indica que os serviços possivelmente ainda estavam em execução, ou sequer haviam sido finalizados, comprometendo a idoneidade do atestado de capacidade técnica apresentado”.

2.3.1. DA CONTRARRAZÃO: A empresa apresentou justificativas quanto ao acervo técnico de seus documentos emitidos, conforme descrito abaixo:

“Conforme diligências realizadas pela Comissão de Licitação, a recorrida apresentou documentos comprobatório, entre elas: Contrato, Notas fiscais, medições e projetos que mais que atestam a veracidade da obra, atos estes que podem ser comprovados via anexo, registro do chat e posterior habilitação da empresa. Ademais, conforme esclarecido a obra de fato foi finalizada e executada em 2023, porém por questões técnicas e operacionais, a prefeitura somente realizou o pagamento dos serviços em 2024, fato este comprovado pelos documentos juntados. A duração da obra em nada invalida o atestado de capacidade técnica, pois a obra foi totalmente executada nos prazos contratuais, e junto a prefeitura validando o atestado técnico, devendo o recurso interposto ser indeferido”.

2.3.2. DA ANÁLISE TÉCNICA:

A equipe de apoio se manifestou através de parecer técnico, informado que, apesar da oportunidade concedida a empresa Macário, ela não apresentou documentos que comprovassem as justificativas para as inconsistências apontadas, conforme solicitado, tais como: boletins de medição assinados pelo contratante; relatório de conclusão da obra assinado pelo Fiscal ou Responsável Técnico do Contratante; documentos contratuais e/ou aditivos que justifiquem a continuidade dos serviços após a data de conclusão técnica da obra; declaração formal do contratante (Município de Breves/PA), confirmando a efetiva conclusão da obra em 16/07/2023 e esclarecendo os motivos pelos quais os boletins de medição

foram emitidos com datas posteriores. Diante da ausência de apresentação desses documentos, fica comprometida a credibilidade do atestado de capacidade técnica apresentado para os itens 1, 2, 4 e 5, pois, não foi possível comprovar de forma documental e objetiva, que a obra foi concluída na data afirmada, configurando dado inexato constante no atestado, não ficou demonstrado que os boletins posteriores se referem apenas a pagamentos ou ajustes administrativos e não à continuidade da execução física dos serviços, como alegado na contrarrazão.

Portanto, corroboro com a análise da equipe de apoio, e julgo **PROCEDENTE** o recurso referente às **inconsistências na documentação técnica, concluindo-se que não há comprovação satisfatória da efetiva execução e conclusão da obra na data indicada no Atestado de Capacidade Técnica constante na Certidão de Acervo Técnico nº 338707/2024, isso compromete a veracidade da informação declarada pela empresa, o que inviabiliza a aceitação do documento para fins de habilitação técnica, tornando a empresa Macário INABILITADA de sua permanência no certame.**

3. DA DILIGÊNCIA À PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES/PA:

Em 05 de junho de 2025 a equipe de apoio se manifestou acerca da contrarrazão apresentada pela empresa Macário Construção, pontuando a necessidade de realizar diligencia, devido às inconsistências da documentação técnica apresentada pela empresa, como segue:

“Informamos que, preliminarmente à apresentação de contrarrazões por parte da empresa Macário, já se verifica a necessidade de diligência específica quanto ao Item V – Das inconsistências na documentação técnica apresentada pela empresa Macário. Conforme alegado pela empresa recorrente, a Certidão de Acervo Técnico nº 338707/2024, apresentada pela Macário, declara que a conclusão da obra teria ocorrido em 16/07/2023. No entanto, os boletins de medição apresentados demonstram a continuidade da execução dos serviços até maio de 2024”.

“A análise documental confirma a alegada inconsistência. Na fase de qualificação técnica, a empresa Macário apresentou os seguintes boletins de medição com datas posteriores à indicada como data de encerramento da obra no atestado”:

Boletim de Medição nº 06: período de 30/07/2023 a 28/09/2023;

Boletim de Medição nº 07: período de 02/03/2024 a 19/04/2024;

Boletim de Medição nº 08: período de 20/04/2024 a 20/05/2024.

“Diante da divergência entre as datas constantes no Atestado de Capacidade Técnica (emitido supostamente pela Prefeitura Municipal de Breves/PA) e os registros de execução dos serviços nos boletins de medição, recomenda-se a instauração de diligência junto ao Município de Breves/PA, com o objetivo de:

1. *Confirmar a veracidade e autenticidade do Atestado de Capacidade Técnica indicado na Certidão nº 338707/2024;*
2. *Verificar a legitimidade e emissão dos boletins de medição apresentados, notadamente aqueles com datas posteriores àquela informada como conclusão dos serviços (16/07/2023). A diligência se mostra necessária para esclarecimento da real situação contratual e da efetiva execução dos serviços apresentados como comprovação de capacidade técnica, resguardando os princípios da legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública”.*

Diante disso, foi solicitado diligência à Prefeitura Municipal de Breves/PA para envio dos documentos referenciados anteriormente, solicitação feita através do Ofício nº 027/2025 da 10ª/SR. **Em 12/06/2025, foi enviado à Codevasf - 10ª/SR o Ofício nº 0110/2025/GABINETE da Prefeitura Municipal de Breves/PA com manifestação e apresentação de todos os documentos solicitados e necessários à elucidação das dúvidas referentes à obra supracitada.**

3.1. DA ANALISE:

Conforme Parecer complementar da comissão de apoio:

Razões:

De acordo com o recurso apresentado pela MVDC, a Atestado de Capacidade Técnica constante na Certidão de Acervo Técnico nº 338707/2024, apresentada pela Macário Construção Instalação LTDA, declara que a conclusão da obra teria ocorrido em 16/07/2023. No entanto, os boletins de medição juntados aos autos demonstram a continuidade da execução dos serviços até maio de 2024. Relata, ainda que a Nota Fiscal referente ao Boletim nº 8 (Nota Fiscal nº 00000021) foi emitida em 14/04/2025, ou seja, cinco dias após a abertura do processo licitatório, ocorrido em 09/04/2025.

Contrarrazões:

Segundo a Macário Construção Instalação LTDA, a obra do Acervo Técnico apresentado, de fato foi finalizada e executada em 2023, porém por questões técnicas e operacionais, a prefeitura somente realizou o pagamento dos serviços em 2024, fato este comprovado pelos documentos juntados e que a duração da obra em nada inválida o atestado de capacidade técnica, pois a obra foi totalmente executada nos prazos contratuais. Posteriormente, após solicitação de diligência, a Macário Construção Instalação LTDA relata que por problemas alheios a vontade da empresa e da Prefeitura detentora da obra, os recursos financeiros para pagamento e quitação dos serviços, só foram ficar disponíveis gradativamente no ano de 2024, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba 10ª Superintendência Regional motivo

pelo qual os boletins de medição e demais documentos foram emitidos com data posterior à conclusão física dos serviços.

3.2. Análise técnica:

Após análise minuciosa da documentação apresentada pela empresa Macário Construção Instalação LTDA, e diante do recebimento da documentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Breves-PA, constatou-se a existência de inconsistência relevante entre a data de encerramento da obra informada no Atestado de Capacidade Técnica constante na Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 338707/2024 e os boletins de medição juntados à fase de habilitação técnica.

Conforme o Atestado de Capacidade Técnico apresentado, os serviços foram concluídos em 16/07/2023. Contudo, foram apresentados os seguintes boletins de medição com datas de execução posteriores, os quais indicam continuidade da obra até maio de 2024:

Medição nº 06: 30/07/2023 a 28/09/2023;

Medição nº 07: 02/03/2024 a 19/04/2024;

Medição nº 08: 20/04/2024 a 20/05/2024.

No ofício nº 0110/2025 expedido pela Prefeitura Municipal de Breves-PA no dia 10/06/2025 informa que a obra apresentada na CAT nº 338707/2024 teve encerramento físico em maio de 2024, conforme apresentado no Boletim de Medição nº 08 e com a finalização dos pagamentos a empresa Macário Construção Instalação LTDA em 16/04/2025. Além disso, foi informado que no atual momento a Prefeitura Municipal de Breves-PA encontra-se em processo de recebimento final da obra.

No ofício nº 0110/2025 foi informado que a Prefeitura Municipal de Breves-PA não possui conhecimento da emissão do Atestado de Capacidade Técnica-operacional utilizado pela Macário Construção Instalação LTDA para solicitação da CAT nº 338707/2024 junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA-PA).

Diante do exposto, conclui-se que há comprovação satisfatória da efetiva execução e conclusão da obra na data de 20/05/2024, expondo que o Atestado de Capacidade Técnica constante na Certidão de Acervo Técnico nº 338707/2024, não é autêntico e por consequência gerou-se uma Certidão de Acervo Técnico não confiável. Diante da inveracidade da informação declarada pela empresa Macário Construção Instalação LTDA, evidencia-se que a mesma feriu os princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da isonomia e da veracidade com a apresentação de tais documentos.

Portanto, corroboro com a análise da equipe de apoio, e julgo **PROCEDENTE** o recurso referente às inconsistências na documentação técnica apresentada pela empresa Macário, concluindo-se que o Atestado de Capacidade Técnica constante na Certidão de Acervo Técnico nº 338707/2024 não é autêntico e por consequência gerou-se uma Certidão de Acervo Técnico não confiável. Diante da inveracidade da informação declarada pela empresa Macário Construção Instalação LTDA, evidencia-se que a mesma feriu os princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da isonomia e da veracidade com a apresentação de tais documentos.

4. SOBRE AS ALEGAÇÕES DA EMPRESA MACÁRIO CONTRA A HABILITAÇÃO DA MVCD:

“A empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO apresentou contrarrazão em desfavor da empresa MVDC EMPREENDIMENTOS, conforme descrito abaixo:

A recorrente alega e aponta supostos erros quanto a habilitação, demonstrando interesse na desclassificação da empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, muito embora a própria empresa possui em seus documentos de habilitação diversas falhas e erros graves.

Cabe ressaltar que as datas de validade das presentes certidões já se encontravam vencidas antes mesmo da data de abertura do certame, a saber, do dia 09/04/2025

Ademais, o certificado de regularidade do FGTS-CRF encontra-se vencido, de igual maneira no relatório do SICAF. Após cuidadosa análise, foi verificado na qualificação econômica a ausência do balanço referente ao último exercício social que diz respeito ao ano de 2024, bem como, constatamos a ausência do livro diário dos balanços apresentados junto ao processo, exigência essa solicitada no item 11.1.3.c do Edital do pregão. Além das inconformidades citadas, verificou-se a ausência do envio das declarações solicitadas nos itens 3.4.4, e 6.1.10 (A, C, D, E, F). Diante das inconsistências expostas, as irregularidades encontradas configuram grave afronta aos princípios norteadores do certame, uma vez que, o edital é claro quando menciona do prazo da validade das certidões”.

4.1. ANÁLISE:

Quanto à validade de certidões: NÃO PROCEDE. Em diligência foi verificado que a empresa quando apresentou os documentos todos estavam válidos, no decorrer do certame os documentos tiveram algumas datas vencidas, mas já foi providenciado a correção com a solicitação de um novo SICAF, em anexo. No âmbito da União a empresa está juridicamente habilitada, pois conforme edital foram atendidas as solicitações de regularidade Fiscal, Trabalhista Federal e do FGTS. Além de ser dever do pregoeiro consultar e emitir online o

SICAF e a TCU Consolidada, como exposto no item 8.22 do edital, como condição prévia de aceitação das propostas.

Quanto a ausência do balanço patrimonial referente ao último exercício financeiro 2024: NÃO PROCEDE, porque, após análise do setor contábil da 10ª/SR, foi pontuado que caso a empresa não apresente o balanço patrimonial do ano de 2024, poderá ser utilizado o último balanço apresentado, no caso 2023, conforme análise abaixo:

Justificativa:

Prazo Legal:

“De acordo com o Código Civil, o balanço patrimonial deve ser elaborado e entregue até o quarto mês após o encerramento do exercício social”.

Exercício Social:

“Se o exercício social da empresa coincide com o ano civil (de 1º de janeiro a 31 de dezembro), o balanço referente ao ano de 2024 deverá ser finalizado e entregue até 30 de abril de 2025”.

ECF e ECD:

“A Instrução Normativa RFB nº 2142, de 26 de maio de 2023 estabelece em seu art. 5º que a ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração. Ou seja, para a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e a Escrituração Contábil Digital (ECD), a data limite de entrega é diferente. A ECD é entregue até o último dia útil de junho do ano seguinte ao ano-calendário”.

Quanto a ausência do livro diário: PROCEDE a alegação, no entanto, por se tratar de erro sanável, e com base no item 10.1 do edital, será aberto diligência para dar oportunidade à empresa para apresentação do documento pendente.

*“10.1. A PROPOSTA classificada em primeiro lugar, nos termos do item 9 deste Edital, deverá apresentar os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, válidos e **que comprovem situação pré-existente à abertura do certame (...)**”.*

Quanto à ausência das declarações solicitadas no item 3.4.4, dispõe o edital:

*“3.4.4. A empresa vencedora deverá apresentar à Codevasf, **na fase de contratação**, a documentação do subcontratado, quando convocada pela Fiscalização ou pela 10ª gerência Técnica Regional -10ª/GTR, que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado, conforme exigida no item deste Edital, e declaração de que entre os*

responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf, para fins de aceitação das respectivas empresas”.

Como acima destacado, a documentação exigida no item 3.4.4 deve ser apresentada na fase de contratação. Portanto **NÃO PROCEDE** a alegação de não atendimento.

Quanto à ausência das declarações solicitadas no item 6.1.10 (A, C, D, E, F): as citadas declarações são atendidas quando do registro de proposta no compras.gov através do Relatório de Declarações emitido pelo sistema. Portanto, **NÃO PROCEDE** a alegação da Macário.

5. CONCLUSÃO:

Foram analisados os recursos e contrarrazões conforme exposto neste Relatório e julgados:

- Vícios insanáveis quanto à composição da proposta: **NÃO PROCEDENTE**;
- Simulação de competição/conluio entre empresas/emissão de atestado falso: **PROCEDENTE**;
- Inconsistências na documentação técnica: **PROCEDENTE**.

Quando ao item 4 deste Relatório referente às alegações da MACÁRIO contra a habilitação da MVDC:

- validade de certidões: **NÃO PROCEDENTE**;
- balanço patrimonial: **NÃO PROCEDENTE**;
- ausência do livro diário: **PROCEDENTE**, porém, por se tratar de erro sanável será aberto diligência para que a empresa apresente o documento pendente;
- ausência das declarações solicitadas no item 3.4.4: **NÃO PROCEDENTE**;
- ausência das declarações solicitadas no item 6.1.10: **NÃO PROCEDENTE**.

Por fim, decido pelo DEFERIMENTO do recurso interposto pela MVDC EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ N° 26.746.084/0001-09, culminando na INABILITAÇÃO da empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, CNPJ n° 01.952.789/0001-43, nos lotes 01, 02, 04 e 05 do Edital n° 90001/2025-10ª/SR. E ainda, não considero prosseguir com diligências e posterior fase de habilitação no que se refere ao item 3 do edital (10 unidades de pontes de 10,0m x 4,5m), no qual a Macário foi chamada para apresentação de proposta, uma vez acatado o recurso aqui tratado.

A sessão deve ter reabertura dos itens 1, 2, 4 e 5 para chamamento dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Assim como prosseguirei com a desclassificação da Macário no item 3.

Conforme item 25 do edital, das sanções administrativas, deverá ser aberto processo administrativo para apuração das infrações cometidas na Licitação – PE 90001/2025, **respeitado o contraditório e ampla defesa**, visando apuração da responsabilidade da empresa MACÁRIO CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 01.952.789/0001-43, podendo impor as seguintes penalidades ao licitante:

25.1.II. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;*
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou **apresentar documento falso**;*
- c) Apresentar declaração ou **documentação falsa** exigida para o certame ou **prestar declaração falsa durante a licitação** ou a execução do contrato;*
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;*
- f) **Fraudar a licitação** ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;*
- g) **Comportar-se de modo inidôneo** ou cometer fraude fiscal; ou*
- h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato”.*

É o relatório de decisão de recurso.

Palmas/TO, 13 de junho de 2025.

JOSELINO SILVINO DE ARAUJO
PREGOEIRO

DETERMINAÇÃO Nº 044/2025 (prorrogada pela DETERMINAÇÃO Nº 072/2025 da 10ª/SR)